MIDAS

Museus e estudos interdisciplinares

13 | 2021

Dossier temático: "Políticas culturais e museus"

Félix Dupin-Meynard e Emmanuel Négrier (ed.) – *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn*

Flora Maravalhas

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/midas/2829>

DOI: 10.4000/midas.2829

ISSN: 2182-9543

Editora:

Alice Semedo, Paulo Simões Rodrigues, Pedro Casaleiro, Raquel Henriques da Silva, Ana Carvalho

Referência eletrónica

Flora Maravalhas, «Félix Dupin-Meynard e Emmanuel Négrier (ed.) – *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn*», *MIDAS* [Online], 13 | 2021, posto online no dia 15 dezembro 2021, consultado no dia 05 março 2022. URL: <http://journals.openedition.org/midas/2829> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/midas.2829>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 março 2022.

Midas is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 International License

Félix Dupin-Meynard e Emmanuel Négrier (ed.) – *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn*

Flora Maravalhas

REFERÊNCIA

Dupin-Meynard, Félix, e Emmanuel Négrier (ed.). 2020. *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn*. Toulouse: Éditions de L'attribut e Occitanie en scène. 255 páginas, ISBN 978-2-916002-74-3.

- 1 Lançado em 2020, *Cultural Policies in Europe: a Participatory Turn* tem edição de Félix Dupin-Meynard e Emmanuel Négrier, em colaboração com Lluís Bonet, Giada Calvano, Luisella Carnelli e Elettra Zuliani. A publicação foi editada por Éditions de l'Attribut, casa especializada em arte e cultura, fundada em Toulouse, e coeditada pela Occitanie en Scène, uma associação regional para o desenvolvimento das artes performativas da Occitânia.
- 2 Após a apresentação dos autores, a introdução de Négrier oferece um panorama histórico e teórico sobre o tema da participação no campo da cultura e das artes na Europa. As diferentes conceptualizações de participação, as suas articulações com a política cultural e os respetivos obstáculos de implementação serão retomados e interrelacionadas ao longo dos 11 capítulos que integram o livro.
- 3 Os textos aqui reunidos são resultado de um colóquio internacional ocorrido em 2019 em Montpellier, cujos palestrantes são, na sua maioria, os autores desta obra. O livro gira em torno de três questões: «Por meio de que processos se está hoje a desenvolver na Europa a participação na arte e na cultura? A que contrastes dá origem a participação, em termos de intensidade, modelos e culturas nacionais ou sectoriais? Como é que essa participação coloca as questões culturais no centro dos dilemas democráticos do século XXI?» (p. 25, tradução da autora).

- 4 Este livro está dividido em duas secções. Na primeira, «*What Participatory Turn? Participation Dynamics and Policies*», os cinco capítulos que a compõem interrelacionam teorias e métodos de participação com história e política nos territórios nacionais europeus. Na segunda, «*Participation and Cultural Policy Challenges*», os seis capítulos relacionam a política cultural com temas de participação relativos a outros âmbitos de política pública.
- 5 O objetivo do primeiro capítulo, «*Participation(s) Typologies, Uses and Perceptions in the European Landscape of Cultural Policies*», é contribuir para o tema de como a participação é promovida, incluída e implementada nas políticas culturais europeias. Para a difícil tarefa de traçar uma cartografia europeia, Dupin-Meynard e Villaroya iniciam aclarando termos e tipologias relativos ao tema da participação cultural nos diferentes territórios. A partir desse ponto, explicam os diferentes métodos empregados na realização da pesquisa apresentada, que contou com a condução de um questionário aplicado a especialistas em políticas culturais de 12 países.
- 6 Em «*Between Cultural Participation, Trust and Policy Perspectives: The Case of the Creative Europe Program*», Giuliana Ciancio examina como a União Europeia redefiniu, a partir da participação, o propósito de sua ação cultural como resposta a uma sociedade que passa por uma crise de confiança entre cidadãos e representantes políticos. Numa tentativa de compreender como a cooperação cultural e a participação europeia têm auxiliado na renovação da noção do espaço europeu, são analisados os programas “Creative Europe” e “Be SpectACTive”.
- 7 O ponto de partida do capítulo de Lluís Bonet e de Mariano Martín-Zamorano é a relação entre democracia e participação. Embora estas duas tendam a caminhar juntas, a participação pode ser cooptada por regimes autoritários ou iliberais. Em «*Citizen Participation in Liberal and Illiberal European Cultural Policies*», os autores distinguem contexto cultural, modelo de governança e estratégias culturais, e discutem as diferenças entre participação cidadã, desenvolvimento de públicos e estratégias de participação cultural nos contextos das democracias liberais e iliberais. A política cultural, no âmbito iliberal, foca o seu discurso em identidade, orgulho nacional e interesses populistas. Desse modo, as ações que não estejam ao serviço da exaltação do projeto ideológico são marginalizadas e, por vezes, perseguidas.
- 8 A partir das seis edições de *L'Enquête Pratiques Culturelles* realizadas entre os anos de 1973 e 2018, Loup Wolff fornece uma análise das práticas e dos comportamentos dos habitantes da França em «*Participation in Cultural Practices: Which Statistical Trends?*». Na última edição da pesquisa, também foi aplicada a técnica de análise de correspondências múltiplas. Os dados apresentados indicam que houve aumento e diversificação da presença da cultura como parte da vida quotidiana, resultados dos efeitos graduais e modestos das políticas culturais. No entanto, as práticas culturais em França permanecem ainda condicionadas a dinâmicas geracionais e a um certo peso social. O autor conclui que, apesar das tecnologias digitais, não houve incremento na participação social, de modo que promover a participação não pode apenas basear-se em ferramentas digitais para transformar as práticas. Ao fazer isso, na verdade, há um risco de se agravarem as desigualdades de acesso.
- 9 Na entrevista «*What's New About Participation?*», são feitas três perguntas aos especialistas Franco Bianchini, Luca Dal Pozzolo, Jean-Damien Collin e François Matarasso. São abordados temas como: o conceito de participação na história da arte e o seu papel na política cultural; as diferentes matrizes do conceito de participação e as

respetivas influências na definição das políticas culturais; além do efeito da atual crise sanitária nas organizações culturais que têm a participação como tema central de atuação.

- 10 A segunda parte da publicação, «*Participation and Cultural Policy Challenges*», articula a temática da política cultural com outras questões de política pública, visto que a participação não é mera função das políticas culturais. De acordo com Négrier, as fronteiras das políticas culturais são constantemente ultrapassadas, e são «essas interações materiais e simbólicas que estão entre os objetos mais emocionantes (de estudo e ação)» (p. 26, tradução da autora).
- 11 Dessa forma, a interação entre território/planeamento urbano e políticas culturais é o tópico de «*Cultural Participation and Territorial Development: Some Insights from the Portuguese Case*». Pedro Costa observa que nas últimas décadas se verifica um inquestionável aumento da dinâmica participativa em Portugal, tanto no sector público como na ação de agentes e instituições culturais. São alguns os exemplos expostos, entre os quais: o projeto “Bairros Críticos”, que testa novas formas de governanças em bairros desprivilegiados; o “Artemrede”, uma rede de municípios de apoio à criação artística; e o programa “PARTIS”, da Fundação Calouste Gulbenkian, que visa apoiar projetos cuja metodologia central seja a prática artística ao serviço do campo social.
- 12 Com Hanka Otte e Pascal Gielen, a interceção é entre participação e bens comuns culturais. O capítulo «*Commoning Art as Political Companion. On the Issue of Participatory Democracy*» indaga se a democracia participativa não é uma tautologia, da mesma forma como *commoning politics* também não seria. Destaca-se o conceito de política cultural agonística, inspirada em Mouffe (2013), que seria a forma de pôr em prática uma democracia ativa, não limitada ao debate no espaço público ou cívico, por meio da arte e da cultura. “Montaña Verde”, “The Tower of Babel” e “The Ground of Things” são três casos em que artistas e organizações culturais propuseram a utilização de um recurso comum – praça pública, língua e terreno público, respetivamente – como tentativa de alterar essa gestão de recursos comuns para uma estrutura a partir de princípios de *commoning*.
- 13 Em «*What Music Worlds do to Participation. A Cross-Sectoral Perspective*», o tema da participação artística é articulado com o domínio da *world music*, que culmina no ano 2000 como um nexo de estratégias intersectoriais, em que política urbana, desenvolvimento territorial e políticas socioeconómicas se conectam. Sandrine Teixeira relaciona os temas da participação com a música e faz um breve historial da ligação da música com políticas setoriais, para então apresentar três exemplos de festivais de *world music*: “Mandinka Christmas”, “États Généraux des Musiques du Monde” e “Mulhouse Capitale du Monde”.
- 14 Em razão da pandemia covid-19, Niels Righolt escreve o seu texto a partir de um novo local de trabalho. «*Perspectives from a Kitchen Table. The Re-discovery of Cultural Democracy Post the Coronavirus – Crisis as Opportunity and Value*» aborda a questão das ligações entre a participação, no sentido cívico do termo, e a participação artística e cultural, particularmente no que diz respeito à Dinamarca, além de imaginar cenários num mundo pós-pandemia.
- 15 Carnelli e Zuliani refletem sobre a transferência para a Internet de atividades culturais geralmente associadas à presença física em «*The Turn of the Screw of the Digital: From an Exceptional Time, to a New Temporary Reality*». A saturação de conteúdos digitais demandou artistas e organizações culturais a criarem novas linguagens e formas de

comunicação aptas a conectar um mundo em distanciamento social. As autoras apresentam algumas ações culturais que fugiram dos modelos tradicionais, tais como a utilização de ligações por telefone, áudios gravados e enviados por WhatsApp, seleção e envio de títulos literários por livreiros especializados, residências artísticas digitais e o caso específico da companhia de teatro Nesterval, que optou por estrear uma peça em que todos os participantes – público e atores – estavam conectados por zoom. A pandemia covid-19 oferece diversas perspectivas de futuro e é possível aproveitar essa mudança digital para conectar diferentes públicos e dar acesso a mais participantes.

- 16 A segunda entrevista, «*Participation and Intercultural Challenges*», é realizada a Milena DragičevićŠešić, que relata experiências de participação na Europa periférica, como os comitês do século XIX denominados *Matica*, cuja finalidade era desenhar e implementar as suas próprias políticas culturais. A autora reforça a necessidade de a Europa orientar as suas políticas culturais para a interculturalidade e para os direitos culturais, visto que, apesar de ser um ambiente intercultural, representa ainda uma voz homogénea. Como avanço, referencia as conquistas da população Sámi na Finlândia e na Suécia em obter alguns direitos para decidir sobre o seu próprio desenvolvimento. Por outro lado, cita a quase total ausência (e até rejeição) da presença da cultura da comunidade Roma dentro do sistema público de cultura europeu. Sobre as práticas participativas de política cultural, reforça a necessidade de abertura a uma pluralidade de níveis de intervenção, sendo crucial o nível local para a participação dos cidadãos. Em contraponto, atenta ao facto de que a democracia direta também pode dar espaço a exemplos negativos de práticas participativas, como aquelas que acabam por enfatizar valores neoliberais, como a competitividade.
- 17 A temática que serve de eixo à publicação é ampla, ainda assim, os capítulos que a compõem são capazes de abordar o tema da participação a partir de diferentes perspectivas teóricas e históricas, além de oferecer reflexões políticas e exemplos de práticas participativas da área da cultura em diferentes espaços geográficos europeus.
- 18 O livro em revisão constitui-se como uma relevante contribuição para que se pense nas nuances que o tema da participação pode ter no âmbito das políticas culturais. E termina exatamente como começa, propondo uma reflexão a partir de perguntas que giram em torno de três temáticas: «os valores políticos e democráticos de participação (...); os usos da participação como resposta a desafios sociais, territoriais e interculturais (...); e a participação à luz da pandemia covid-19» (p. 217, tradução da autora).

AUTORES

FLORA MARAVALHAS

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Portugal,
flopitz@gmail.com